

ORDEM SOCIAL

Texto inovador para meio ambiente

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Um acordo entre as lideranças partidárias e suprapartidárias da Constituinte garantiu a aprovação do capítulo do Meio Ambiente — um dos mais modernos da futura Constituição.

Na proposta de acordo — aprovada por 450 votos contra apenas três e quatro abstenções — constam dispositivos inovadores, como a fiscalização, pelo poder público, de entidades que manipulem materiais genéticos, cujas pesquisas somente agora se iniciam no País; a exigência de estudo prévio de impacto ambiental antes da instalação de obra ou atividade que possa degradar o meio ambiente e a obrigação de as mineradoras recuperarem o ambiente afetado pela exploração de recursos minerais.

No capítulo, que consagra que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e que impõe ao Estado a obrigação de defendê-lo e à coleti-

vidade o dever de preservá-lo, também foram consignadas restrições ao uso da propriedade. Assim, serão criados parques nacionais em todos os estados da Federação, sendo proibida qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Na prática, esse dispositivo inviabilizará que proprietários de terras aleguem desapropriação Indireta, quando determinada região for tombada ou transformada em reserva ou parque nacional. Atualmente, esse processo é comum, dado que o tombamento impõe restrições ao uso da terra, como, por exemplo, a proibição do corte de árvores. Com base nessa restrição, os proprietários entram na Justiça alegando que houve esvaziamento econômico da terra, o que se igualaria a uma desapropriação indireta, devendo o poder público, portanto, indenizar o proprietário.

Também são considera-

das indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelo Estado, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. As atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas, além de sanções penais e administrativas, implicarão na obrigação automática de reparar os danos causados.

Foram impostas ainda restrições ao uso dos recursos naturais da floresta amazônica, da Mata Atlântica, da serra do Mar, do Pantanal Mato-grossense e da zona costeira. Essas áreas foram consideradas patrimônio nacional e a sua utilização deverá ser feita de acordo com a lei.

A exceção do texto do acordo, os constituintes aprovaram somente uma emenda, a do senador Itamar Franco, que determina que a localização de usinas nucleares deverá ser definida em lei federal. A falta dessa definição impede a sua instalação.

Polêmica sobre a família

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Está marcado para hoje o início da votação dos dois últimos capítulos que integram o título VIII do projeto constitucional, que trata da ordem social.

Porém, para que isso ocorra, é necessário que as lideranças fechem um acordo em torno desses capítulos, que se referem um à família, à criança e ao idoso, e outro aos índios.

Os negociadores, representantes de todas as forças políticas na Constituinte, passaram grande parte do dia, ontem, debatendo a questão da família. As duas propostas examinadas — o projeto elaborado pela Comissão de Sistematização e o substitutivo do "Centrão" — divergem em pontos fundamentais como divórcio, proteção à vida desde a concepção e constituição da família.

Os negociadores do "Centrão", liderados pelos constituintes evangélicos (mais de trinta) não aceitam algumas inovações constantes do texto da Sistematização. Esse texto reconhece a família constituída pela união estável. Já o "Centrão" determina que o casa-

mento é a forma própria de constituição. Ambas as propostas admitem a dissolução do casamento, mas divergem quanto ao tempo em que ela pode ser requerida. A Sistematização não limita o número de dissoluções, exigindo que haja prévia separação judicial por mais de um ano, ou a comprovação da separação de fato por mais de dois anos. O texto do "Centrão" exige separação judicial prévia por mais de dois anos, a separação de fato por mais de três anos, e não faz menção ao número de divórcios permitido.

Nas duas propostas, cabe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida. O texto do grupo conservador, no entanto, diz que essa garantia é devida desde a concepção, o que proíbe o aborto. O texto da Sistematização não traz essa restrição.

No capítulo dos índios, existem ainda divergências quanto à competência para demarcar suas terras. O texto da Sistematização dispõe que essa tarefa compete à União. O texto do "Centrão" determina que, antes de fazê-lo, o poder público federal deve ouvir o Senado.

MANDATO

Governo calcula vantagem de quarenta votos e tentará aumentá-la

por Mariângela Hamu de Brasília

O governo lutará, até o último momento, para ampliar a vantagem de quarenta votos que calcula haver conquistado até o momento em favor da fixação, pela Assembléia Nacional Constituinte, de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Para avaliar cada nova possibilidade surgida, um grupo de dezesseis ministros e assessores políticos do Palácio do Planalto reuniu-se, ontem, pela terceira vez em menos de uma semana.

O presidente Sarney acredita que, quanto maior for a diferença alcançada em favor do mandato de cinco anos, maior legitimidade terá conquistado aos olhos da Nação para conduzir o País nos últimos meses de mandato que lhe restam. "Os números dizem muita coisa", dizem ontem a este jornal o porta-voz de Sarney, jornalista Carlos Henrique dos Santos, resumindo o sentimento do governo.

Na reunião capitaneada pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, no final da manhã de ontem, os ministros e assessores foram orientados a empreender todo o tipo de esforço para viabilizar a votação do mandato antes do final desta semana. A noite, porém, o presidente Sarney foi informado por sua assessoria política de que esta possibilidade tornava-se, a cada momento, mais remota.

A intenção do Governo era aproveitar a presença, em Brasília, de 520 parlamentares, computados no final do dia de ontem, para votar a duração do mandato — que faz parte das disposições transitórias — até domingo, já que é feriado na próxima segunda-feira e na terça, dia 31, um expressivo número de parlamentares deverá estar em São Paulo para assistir ao casamento de uma das filhas do ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Vários ministros cancelaram compromissos anteriormente assumidos, atendendo a uma recomendação do presidente Sarney. O ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, por exemplo, cancelou uma palestra que faria na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, amanhã de manhã. Ele avi-

Sant'Anna luta pelos 5 anos

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) reuniu-se ontem com as lideranças do "Centrão" para pedir aos constituintes favoráveis aos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, que permaneçam em Brasília nos próximos dias.

A indefinição sobre a data da votação do mandato foi a razão pela qual Sant'Anna decidiu manter mobilizados esses constituintes. Caberá ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, indicar o dia da votação.

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique de Almeida Santos, informou que o presidente José Sarney não faz questão que a decisão sobre o mandato seja tomada ainda nesta semana, segundo relata a editora Elaine Lerner. Segundo o porta-voz, o presidente considera a data de votação indiferente.

sou, porém, que viajará para Salvador no sábado, tendo a Constituinte votado ou não o mandato — o que faz supor que o governo tenha abandonado a idéia de promover a votação no final de semana.

PERMANENTE

O presidente Sarney já manifestou aos onze ministros que estão trabalhando juntos com o Planalto nas questões ligadas aos interesses do governo na Constituinte, que o grupo deverá tornar-se permanente. Ele pretende transformar o grupo num conselho de avaliação das ações governamentais.

Fazem parte deste grupo os ministros Prisco Viana, da Habitação e Urbanismo; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Borges da Silveira, da Saúde; José Reinaldo Tavares, dos Transportes; Jader Barbalho, da Reforma Agrária; Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações; João Alves, do Interior; Iris Resende, da Agricultura; Vicente Fialho, da Irrigação. Um assessor do presidente acredita que uma possível reforma ministerial, após a votação do mandato, dificilmente atingiria qualquer desses ministros.

PROMULGAÇÃO

Ulysses espera nova Carta pronta em julho

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem, que sua esperança é de que a Constituição fique pronta até meados de julho. Para isso, pretende acelerar as votações ao máximo, já a partir da próxima semana, conforme divulgou a EBN, quando deverão ser iniciadas as votações das Disposições Transitórias. Segundo ele, ainda não foi definido o esquema para a votação das Disposições Transitórias.

O presidente da Constituinte disse que será necessário definir como serão essas votações, já que ainda não se sabe nem se poderão ser feitas fusões para votar as matérias. O deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte, informou que irá reunir-se com o presidente da Constituinte para definir como será a votação das Disposições Transitórias.

O deputado Ulysses Guimarães descartou a possibilidade de um grande in-

tervalo entre a conclusão da votação de primeiro para a de segundo turno. Informou que o intervalo entre essas duas votações deverá ser só o necessário para a apresentação de emendas, uma vez que o relator Bernardo Cabral já fez revisão de mais de duzentos artigos aprovados.

MANDATO

Ulysses Guimarães, disse também, ontem, que dificilmente o mandato do presidente José Sarney será votado hoje. Isso porque, explicou, ainda faltam três capítulos do Título VIII a serem apreciados e votados pelo plenário da Constituinte. Ulysses Guimarães acredita que o mais provável é que o mandato do presidente Sarney seja votado somente na próxima semana.

O presidente da Constituinte disse ainda que pretende reduzir ao máximo os prazos para a apresentação de destaques para a votação em segundo turno.

Bayer vê muita contradição

por Inácio Barbosa Soares de Porto Alegre

O presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha em São Paulo e da Bayer do Brasil, Rolf Ludwig Lochner, disse ontem em Porto Alegre que na semana que vem estará na República Federal da Alemanha (RFA) para explicar aos acionistas de sua empresa o que está acontecendo e o que poderá acontecer com a economia e a política econômica do Brasil. Mas admitiu que sua tarefa não será facilmente cumprida. "Vou tentar não confundir os completamente", ironizou o executivo, referindo-se às contradições entre a nova política industrial liberalizante recentemente anunciada pelo governo e as tendências "estatizantes" da futura ordem econômica aprovada na Assembléia Nacional Constituinte.

Para ele, a nova política industrial representa "uma moderna abertura dos portos brasileiros às nações interessadas em participar" do desenvolvimento do País e se constitui num importante instrumento estimulador da retomada de investimentos, apesar de não abolir ainda uma série de regulamentações a alguns setores industriais.

Citou como exemplos o controle do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) sobre projetos de produção de matérias-primas para a indústria química e de biotecnologia e a manutenção da reserva de mercado para as empresas nacionais de informática. Mencionou, até mesmo, que a Rhodia está há dois anos com uma unidade de produção de ácido salicílico pronta para começar a operar em São Paulo e não pode operá-la por falta de autorização do CDI — a mesma instituição que autorizou um projeto idêntico de outra empresa que até agora não começou a executá-lo.

Mas, apesar dessas objeções, Lochner considerou válida a política anunciada. O problema para ele é que, ao mesmo tempo que o Executivo anuncia maior liberdade de ação para a iniciativa privada, a Assembléia Nacional Constituinte aprova em primeiro turno um texto da Ordem Econômica para a nova Constituição que fará a intervenção do Estado na economia crescer e que "consagra" o nacionalismo "através da possibilidade de reservas de mercado em vários setores, além da informática".



Rolf Ludwig Lochner

Mesmo observando ter aprendido que no Brasil "há leis que pegam e leis que não pegam", e que, mesmo aprovado em segundo turno, o texto da Ordem Econômica jamais vai ser respeitado na prática, Lochner disse que seu efeito imediato sobre a economia do País será a suspensão de novos investimentos estrangeiros.

A Bayer mesmo — que está há noventa anos no País —, segundo ele, projetava investir US\$ 150 milhões em novos projetos industriais, nos próximos cinco anos. No entanto, diante das ameaças de res-

trições ao capital estrangeiro expostas no texto da Constituição até agora aprovado, a diretoria da empresa começa a reestudar essas inversões. "Acho que as empresas tradicionais, que já estão há anos no Brasil, não vão sair", afirmou. "Mas certamente não serão iniciados novos grandes projetos e nem virão outras empresas para cá."

Palestrante de uma reunião-almoço da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha no Rio Grande do Sul, Lochner considerou, em entrevista coletiva pouco anterior à palestra, "ridícula" a nacionalização das atividades mineradoras, por exemplo. Disse que, mantido o texto da Constituição, a Bayer, que investiu US\$ 40 milhões na abertura de uma mina de cromita na Bahia e de outra de fluorita em Santa Catarina, terá de repassar o controle das minas para pessoas físicas residentes no Brasil. Para ele, a exploração das riquezas do solo depende de capital e "know how", e o Brasil precisa dos investimentos e da tecnologia já existente em outros países para explorar racional e produtivamente as suas riquezas minerais.